

**E. INFORMAÇÃO DO REVISOR DE CONTAS**

---

*[Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a blue checkmark and a signature]*

*[Handwritten signature and stamp in the bottom right corner]*



## RELATÓRIO DE AUDITORIA

Exmo.(s) Sr.(s)

Presidente da Câmara

Membros do Órgão Executivo

Membros da Assembleia-Municipal

Exmos. Senhores,

1. O presente relatório é emitido com base nas Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
2. Procedemos à revisão legal das contas do **Município de Soure** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as de acordo com as ISA e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas com data de 22 de junho de 2020.
3. De acordo com os artigos 76º e 77º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, compete ao Revisor Oficial de Contas:
  - 3.1. A emissão da Certificação Legal das Contas;
  - 3.2. A emissão da Certificação Legal das Contas Consolidadas;
  - 3.3. A verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
  - 3.4. Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considerem reveladores de graves dificuldades financeiras na prossecução do plano plurianual de investimentos do Município;
  - 3.5. Proceder à verificação dos valores patrimoniais do Município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;
  - 3.6. Remeter semestralmente aos órgãos executivos e deliberativo informação sobre a situação económica e financeira;
4. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, os seguintes:
  - 4.1. Acompanhamento da gestão do Município, tendo solicitado e obtido os esclarecimento que considerámos necessários;



- 4.2. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município e que se encontram divulgadas no anexo;
- 4.3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
- 4.4. Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e da extensão dos procedimentos de revisão/auditoria;
- 4.5. Emissão do relatório semestral, conforme disposto na alínea d) do nº 2 do art. 77º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro;
- 4.6. Realização dos seguintes testes substantivos, que consideramos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
- a) Verificação dos bens imóveis descritos. Comparação dos valores descritos no sector do património com os valores constantes na contabilidade;
  - b) Observação das listas de inventariação física de existências e sua valorização, incluindo a apreciação das normas internas aplicáveis à sua execução;
  - c) Confirmação direta e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores e outros devedores e credores) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pelo Município; nos casos em que não foi obtida resposta efetuámos os procedimentos alternativos que consideramos necessários;
  - d) Análise e teste às reconciliações bancárias preparadas pelo Município;
  - e) Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
  - f) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à segurança social, caixa geral de aposentações e da ADSE;
  - g) Análise e teste dos vários elementos de custos, de proveitos, de perdas e ganhos contabilizados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
  - h) Análise do orçamento e verificação do respetivo grau de execução orçamental;
  - i) Apreciação da política de seguros do imobilizado, incluindo a atualização dos capitais seguros;
  - j) Outros testes considerados relevantes.
- 4.7. Solicitação da declaração do órgão executivo.



MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES  
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176\* CMVM nº 20161478

5. Em consequência do trabalho efetuado entendemos dever relatar alguns aspetos que, por não terem materialidade, isoladamente ou em conjunto, não foram incluídos na Certificação Legal das Contas. Entendemos ainda dever relatar, dada a sua relevância e significado, alguns aspetos de controlo interno, de contabilidade e/ou de informação de gestão em uso ou outros, que poderão ser objeto de melhoria.
6. Finalmente cumpre-nos informar que apreciamos o relatório do órgão executivo e que verificamos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.
7. Como nota final, gostaríamos de salientar e agradecer toda a colaboração recebida dos colaboradores e responsáveis do Município.

Delegação Coimbra  
Av. Fernão de Magalhães, nº 619 – Ed. Mond – Sala 101  
3000 - 178 COIMBRA  
Tel: 239 821777 \* Fax: 239 841027  
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Sede  
Rua Batalha Reis, nº 81, 2º  
6300– 668 GUARDA  
Tel: 271 227303 \* Fax: 271 227304  
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Viseu  
Rua Arrabalde, Lote 1, R/C, Letra C  
3510 – 084 VISEU  
Tel: 232 435 277 \* Fax: 232 435279  
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt



## I. Introdução

1. O **Município de Soure**, adiante designado de Município, encontra-se registado no Registo Nacional de Pessoas coletivas sob o número 507 103 742.
2. A sede do Município está localizada na Praça da República;
3. O objetivo estratégico do Município passa pela promoção do bem-estar da população e a qualificação do concelho, assentes na valorização dos recursos, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e da participação dos cidadãos. Para a prossecução destes objetivos a sua atividade baseia-se na matriz de competências e atribuições definidas no decreto-lei n.º competências e atribuições definidas no decreto-lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.
4. Em 31 de dezembro de 2019, o Município contava com 236 trabalhadores, sendo a contabilidade processada e supervisionada por técnico pertencente aos quadros do Município.
5. Os membros do órgão executivo são assim compostos:

CARGO	TITULAR
Presidente	Mário Jorge da Costa Rodrigues Nunes
Vice-presidente	Américo Ferreira Nogueira
Vereadora	Nádia Filipa Antunes Madeira Gouveia
Vereador	Agostinho José Jordão Gonçalves
Vereador	Gil António Contente Soares
Vereador	Maria Manuela Lucas de Oliveira Santos
Vereador	Ana Patrícia Alves Pereira

6. Legislação específica: Lei 73/2013 de 3 de setembro – Lei das Finanças Locais; e POCAL.



## II. Principais políticas contabilísticas

### 2.1. Políticas Contabilísticas da Autarquia

#### 2.1.1. Amortizações e Reintegrações

Os critérios utilizados para as amortizações e reintegrações do imobilizado consideram-se, na generalidade, dentro dos limites da razoabilidade e apresentam-se consistentes com os que vinham a ser utilizados no exercício anterior.

#### 2.1.2. Valorimetria

##### 3.1.2.1 Existências

As existências de matérias-primas, subsidiárias e de consumo, encontram-se registadas ao custo de aquisição.

##### 3.1.2.2 Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas estão registadas ao custo de aquisição, líquido das amortizações acumuladas.

##### 3.1.2.3 Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas estão registadas ao custo de aquisição, líquido das amortizações acumuladas.

##### 3.1.2.4 Investimentos financeiros

As participações financeiras detidas pelo Município de Soure encontram-se registadas ao custo de aquisição e ao método de equivalência patrimonial.

#### 2.1.3. Especialização de exercícios

Não tivemos conhecimento de situações que coloquem em causa este princípio.

### 2.2. Conformidade das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Município de Soure, com as salvaguardas referidas no presente relatório, estão em conformidade com as normas contabilísticas nacionais e internacionais aplicáveis, nomeadamente o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.



### III. Notas às contas do Balanço

As demonstrações financeiras à data de 31 de dezembro de 2019, encontram-se nos anexos I e II do presente relatório. Os valores estão expressos em euros

#### 3.1. Imobilizado

##### 3.1.1. Imobilizado Incorpóreo

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, no corrente exercício, foram os seguintes:

POC	DESIGNAÇÃO	31-12-2018	AQUISIÇÕES	ABATES	TRANSFER.	31-12-2019
43	<b>IMOBILIZADO INCORPÓREO</b>					
1	Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Despesas de Investigação e Desenvolv.	202 659,49	0,00	0,00	0,00	202 659,49
3	Propriedade Industrial e Outros Direitos	44 134,00	0,00	0,00	0,00	44 134,00
4	Trespases	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Imobilizado em Curso	12 801,27	14 145,64	0,00	-26 946,91	0,00
	<b>TOTAL IMOB. BRUTO</b>	<b>259 594,76</b>	<b>14 145,64</b>	<b>0,00</b>	<b>-26 946,91</b>	<b>246 793,49</b>
48	<b>AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS</b>					
31	Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Despesas de Investigação e Desenvolv.	130 520,53	36 977,12	0,00	0,00	167 497,65
33	Propriedade Industrial e Outros Direitos	4 000,00	500,00	0,00	0,00	4 500,00
34	Trespases	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>TOTAL AMORTIZAÇÕES</b>	<b>134 520,53</b>	<b>37 477,12</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>171 997,65</b>
	<b>N E T</b>	<b>125 074,23</b>	<b>51 622,76</b>	<b>0,00</b>	<b>-26 946,91</b>	<b>74 795,84</b>

As imobilizações incorpóreas são amortizadas por um período máximo de cinco anos, conforme critérios de valorimetria do POCAL (ponto 4.1.8.)



### 3.1.2. Imobilizado Corpóreo e Bens do Domínio Público

POC	DESIGNAÇÃO	31 DEZ 2018	AQUISIÇÕES	ABATES / ALIENAÇÕES	TRANSFER. / AJUSTAM.	31 DEZ 2019
<b>42</b>	<b>IMOBILIZADO CORPÓREO</b>					
1	Terrenos e Recursos Naturais	693 934,40	151 418,00	0,00	89 250,00	934 602,40
2	Edifícios e Outras Construções	21 516 014,22	0,00	0,00	-361 325,17	21 154 689,05
3	Equipamento Básico	1 797 597,54	111 170,13	0,00	-888,44	1 907 879,23
4	Equipamento Transporte	1 981 212,26	99 741,01	0,00	0,00	2 080 953,27
5	Ferramentas e Utensílios	49 005,38	1 376,81	0,00	-44,43	50 337,76
6	Equipamento Administrativo	1 202 640,35	99 500,68	0,00	25 879,54	1 328 020,57
7	Taras e Vasilhame	320 670,86	6 740,15	0,00	0,00	327 411,01
9	Outras Imobilizações Corpóreas	462 612,07	17 899,99	0,00	-170,92	480 341,14
	<b>Sub-Total</b>	<b>28 023 687,08</b>	<b>487 846,77</b>	<b>0,00</b>	<b>-247 299,42</b>	<b>28 264 234,43</b>
442	Imobilizado em Curso	616 361,88	1 025 557,37	0,00	-816 204,89	825 714,36
448	Adiantamentos P/ Conta Imob. Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO</b>					
451	Terrenos e Recursos Naturais	5 897,44	0,00	0,00	0,00	5 897,44
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras Construções e Infraestruturas	48 610 929,72	61 115,45	5 896 099,48	3 787 212,99	46 563 158,68
455	Bens Pat. Hist. Artístico	45 220,00	0,00	0,00	0,00	45 220,00
459	Outros Bens de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Sub-Total</b>	<b>48 662 047,16</b>	<b>61 115,45</b>	<b>5 896 099,48</b>	<b>3 787 212,99</b>	<b>46 614 276,12</b>
445	Imobilizado em Curso	2 986 327,37	1 465 231,54	0,00	-2 752 756,42	1 698 802,49
446	Adiantamentos P/ Conta O.B.D. Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>TOTAL IMOB. BRUTO</b>	<b>80 288 423,49</b>	<b>3 039 751,13</b>	<b>5 896 099,48</b>	<b>-29 047,74</b>	<b>77 403 027,40</b>
<b>48</b>	<b>AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS</b>					
21	Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Edifícios e Outras Construções	4 558 739,79	515 843,14	190 967,12	-43 082,81	4 926 698,62
23	Equipamento Básico	1 529 479,18	85 209,00	0,00	0,00	1 614 688,18
24	Equipamento Transporte	1 566 700,00	96 470,18	0,00	0,00	1 663 170,18
25	Ferramentas e Utensílios	46 970,68	893,35	0,00	0,00	47 864,03
26	Equipamento Administrativo	1 014 988,84	118 920,18	0,00	0,00	1 133 909,02
27	Taras e Vasilhame	212 941,82	11 522,29	0,00	0,00	224 464,11
29	Outras Imobilizações Corpóreas	315 893,88	13 671,56	0,00	0,00	329 565,44
52	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Outras Construções e Infraestruturas	15 078 549,87	1 623 799,30	3 846 565,08	11 348 536,17	24 204 320,26
59	Outros Bens de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>TOTAL AMORTIZAÇÕES</b>	<b>24 324 264,06</b>	<b>2 466 329,00</b>	<b>4 037 532,20</b>	<b>11 305 453,36</b>	<b>34 144 679,84</b>
	<b>N E T</b>	<b>55 964 159,43</b>	<b>573 422,13</b>	<b>1 858 567,28</b>	<b>-11 334 501,10</b>	<b>43 258 347,56</b>

Dos movimentos ocorridos na rubrica de imobilizado corpóreo e bens do domínio público destacamos o seguinte:

- O abate de bens imóveis que foram transferidos para a empresa ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A., para realização do capital social, no montante de 5.896.099,48 euros;
- Conforme mencionado na nota 13.3 das notas ao balanço e à demonstração de resultados, o município contabilizou o montante de 11.391.618,98 euros referente a amortizações que não estavam evidenciadas na contabilidade, mas que constavam no programa informático do Património – SIC.





MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES  
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176\* CMVM nº 20161478

Os bens de domínio público: terrenos e recursos naturais e bens do património histórico e cultural não estão sujeitos a depreciação, conforme estipulado na al. g), nº1 do art. 36º e na al. a).nº1 do art. 36º da Portaria nº 671/00 de 17 de Abril (CIBE).

Dos testes efectuados às amortizações do exercício, verificámos que os valores foram calculados de acordo com as taxas máximas previstas na Portaria nº 671/2000 (II série) de 17 de Abril.

De referir que as aquisições de imobilizado efectuado no exercício de 2019 se encontram devidamente autorizadas, tendo sido seguido o estipulado no manual de controlo interno.

No entanto, sugerimos para a eventual revisão da actual política de seguros, uma vez que esta se revela inadequada face ao valor do imobilizado. Os edifícios, na generalidade, não estão cobertos por qualquer seguro.

No ponto 13.14. está evidenciado a relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar aquando da inventariação inicial por se tratar de bens com elevada antiguidade, não se conseguindo apurar qual o seu valor de aquisição. Estes bens que constituem património do Município não constam do imobilizado nem foram sujeitos a amortizações.

Não nos foi possível confirmar o registo predial da titularidade de alguns bens imoveis que integram o Ativo Imobilizado Corpóreo e cujo valor líquido é de 10.246.796,92 euros. Tal facto não influencia o reconhecimento e mensuração dos mesmos nas demonstrações financeiras, mas constitui uma limitação ao nosso trabalho e consequentemente à emissão da nossa opinião.

Delegação Coimbra  
Av. Fernão de Magalhães, nº 619 – Ed. Mond – Sala 101  
3000 - 178 COIMBRA  
Tel: 239 821777 \* Fax: 239 841027  
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Sede  
Rua Batalha Reis, nº 81, 2º  
6300-668 GUARDA  
Tel: 271 227303 \* Fax: 271 227304  
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Viseu  
Rua Arrabalde, Lote 1, R/C, Letra C  
3510 – 084 VISEU  
Tel: 232 435 277 \* Fax: 232 435279  
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt



### 3.2. Investimentos Financeiros

As participações financeiras detidas pelo Município à data de 31 de dezembro de 2019 encontram-se valorizadas pelo custo de aquisição,

O saldo no balanço corresponde às seguintes participações:

Empresa	Valor da Participação	%	Método Aplicado
Investimentos financeiros			
Partes de capital			
Empresas municipais e intermunicipais			
ABMG	2 034 754,91	33,34%	Método de Equivalência Patrimonial
CoimbraVita - ADR, S.A.	9 980,00	1,48%	Método do Custo
Ersuc - Resíduos Sólidos do Centro, S.A	40 065,00	0,98%	Método do Custo
	2 084 799,91		
Obrigações e Títulos de Participação			
Fundo de Apoio Municipal (FAM)	451 687,50		
	451 687,50		
<b>Total</b>	<b>2 536 487,41</b>		

Os testes efetuados permitiram-nos concluir que, em termos globais, o valor contabilístico das participações é superior ao seu custo de aquisição. No entanto, relativamente à CoimbraVita, não nos foi facultado as demonstrações financeiras, pelo que recomendamos que seja criada provisão do valor da mesma, tendo em atenção o princípio da prudência. Assim, considerados que o ativo está sobreavaliado em 9 mil euros.

Destaca-se aquisição da participação de 33,34% na empresa ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A., no valor de 2.030.000 euros. A valorização desta participação é efectuada segundo o método de equivalência patrimonial. Em resultado da aplicação deste método a participação foi valorizada em mais 4.754,91 euros.

### 3.3. Existências

Existências	31.12.19	31.12.18
Matérias-primas	124 361,70	86 245,43
<b>Total</b>	<b>124 361,70</b>	<b>86 245,43</b>

Na norma de Controlo Interno (NCI), capítulo VII – existências, artigo nº 57º -Gestão dos stocks e fichas de existências, é referido que o sistema adotado pelo município é o sistema inventário permanente, o que não tem vindo a ser cumprido.

almeida



O Município não tem implementado o sistema de inventário permanente para controlo das existências, contabilizando parte das aquisições das existências como gasto do exercício independentemente do seu consumo. Este incorreto procedimento, aliado ao facto de não ter sido efetuada uma adequada contagem às existências, constitui uma limitação ao nosso trabalho, pelo que não nos podemos pronunciar sobre a valorização da rubrica de existências e sobre o CMVMC.

A listagem da contagem, não se encontrava atualizada, na data em que a equipa de auditoria assistiu à contagem, devido ao facto de existirem diversas requisições para dar baixa no stock.

Em armazém verificou-se que existiam materiais obsoletos, recomenda-se que o artigo nº 57 do NCI, seja cumprido, ou seja, que os "bens considerados "obsoletos/deteriorados" e não retomados em processos de aquisição, sejam controlados pelo sector responsável pelo seu armazenamento, tendo como base as cópias dos autos de abate fornecidos pelos Serviços de Aprovisionamento e Gestão de Stocks.

Recomendamos que a política utilizada em armazém seja revista (capítulo VII – existências da NCI) e que a gestão do stock seja feita com aplicação informática de armazéns.

### 3.4. Clientes

À data de 31 de dezembro de 2019 a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Clientes	31.12.19	31.12.18
Clientes c/c	46 473,58	46 729,13
Contribuintes c/c	1 271,77	1 258,63
Utentes c/c	103 162,31	101 191,74
Clientes c/Caução		
Clientes/Utentes/Cont. Cobrança Duvidosa	18 668,63	10 643,16
<b>Total</b>	<b>169 576,29</b>	<b>159 822,66</b>

Provisões	31.12.19	31.12.18
Cobrança Duvidosa	18 668,63	10 643,16
<b>Total</b>	<b>18 668,63</b>	<b>10 643,16</b>

Tendo por base o estipulado no POCAL no ponto 2.7.1- provisões, o Município reforçou a provisão para clientes de cobrança duvidosa no valor de 8.025,47 euros.

Dado que a maior parte dos clientes são particulares não foi efectuada a circularização dos saldos.



### 3.5. Estado e outros entes públicos

À data de 31 de dezembro de 2019, a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Estado e O. E. Públicos	31.12.19	31.12.18
Retenção de Imp. s/Rendimento	-27 992,08	-27 429,13
Imposto s/ Valor Acrescentado	230 885,65	116 470,28
Restantes Impostos	-23,73	0,00
Contribuições para a S.S. e C.G.A.	-53 627,45	-25 999,26
Outras tributações	-1 546,28	-1 546,28
<b>Total</b>	<b>147 696,11</b>	<b>61 495,61</b>

O saldo evidenciado na rubrica de "Retenção de Imposto s/ Rendimento", diz respeito às contribuições de dezembro, a pagar em janeiro de 2020.

A SROC Cravo, Fortes, Antão & Associados, Lda, elaborou um parecer relativo à recuperação de IVA, referente a 2016 e até outubro de 2019. Nas suas conclusões apurou que o Município de Soure tinha um IVA a recuperar no montante global de 230 milhares de euros. Este valor está evidenciado nas demonstrações financeiras, tendo o Município, já solicitado, o reembolso de 198 milhares de euros.

O saldo da rubrica "Contribuições para a S.S. e C.G.A." evidencia o valor em dívida referente às contribuições do mês de dezembro, a liquidar em janeiro de 2020.

Em relação aos restantes impostos verificámos que, mensalmente, foram efetuadas as entregas dos valores retidos, dentro dos prazos legais, relativos às retenções na fonte sobre rendimentos de trabalho dependente e independente, os descontos para a segurança social e aos valores respeitantes aos restantes impostos e outras tributações.

Testámos, por amostragem, igualmente a adequabilidade da aplicação das taxas de retenção na fonte, da segurança social e da caixa geral de aposentações, não tendo detetado discrepâncias.



### 3.6. Outros Devedores e Credores

À data de 31 de dezembro de 2019, a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Outros Devedores e Credores	31.12.19	31.12.18
Fornecedores de Imobilizado	97 333,34	39 122,56
Pessoal	0,00	0,00
Sindicatos	1 180,69	1 181,03
Administração Autarquica	0,00	0,00
Consultores Acessores e Intermediários	0,00	0,00
Devedores e Credores Diversos	42 206,17	104 520,65
<b>Total</b>	<b>140 720,20</b>	<b>144 824,24</b>

Efectuámos a circularização dos saldos de fornecedores de imobilizado à data de 31 de dezembro de 2019, seleccionando 100%, do saldo. Obtivemos 50% das respostas. Em relação aos pedidos que não obtivemos resposta foram efetuados procedimentos alternativos que se revelaram satisfatórios.

Solicitamos ao Município o mapa de responsabilidades de crédito no Banco de Portugal, analisando a informação obtida e comparando-a com o saldo evidenciado no balanço, não tendo detetado quaisquer distorções.

Na rubrica do pessoal, foram testados com base numa amostra aleatória de recibos de vencimento (referentes ao processamento de salários do mês de março, de junho, de setembro e de dezembro). Efetuamos, o cruzamento da informação constante na folha de remunerações com cadastro individual e testamos a adequação das taxas de retenção na fonte, das taxas de segurança social, das taxas da Caixa Geral de Aposentações e da ADSE. Da amostra seleccionada não foram detetadas exceções dignas de realce.

### 3.7. Disponibilidades

À data de 31 de dezembro de 2019 a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Disponibilidades	31.12.19	31.12.18
Caixa	417,46	352,62
<i>Depósitos à ordem</i>		
Caixa Geral de Depósitos	87 583,41	137 362,13
C.C.A.Mútuo de Pombal-Balcão de Soure	26 958,76	723 063,76
Banco BPI, SA	34 365,08	0,00
Novo Banco, SA	862,93	126,95
Millennium BCP	0,00	1 000,00
Banco Santander Totta, SA	0,00	0,00
	149 770,18	861 552,84
<b>Total</b>	<b>150 187,64</b>	<b>861 905,46</b>

Handwritten signature



A caixa não funciona em sistema de fundo fixo, contudo, são efectuadas contagens diárias pelo responsável da caixa. O manual de controlo interno é cumprido pelos funcionários desta área.

Procedemos à confirmação externa de saldos do banco Caixa Geral de Depósitos com referência a 31 de dezembro de 2019, tendo sido obtida resposta. Do cruzamento efetuado não foram detetadas distorções.

Efetuámos testes às reconciliações bancárias preparadas pelo Município com referência a 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2019, tendo-se verificado que as diferenças de conciliação se encontravam devidamente justificadas e materializadas.

### 3.8. Acréscimos e diferimentos

A composição desta rubrica à data de 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:

Acréscimos e Diferimentos	31.12.19	31.12.18
Acréscimos de proveitos	-2 880 844,88	-2 990 384,78
Custos diferidos	-11 022,20	-939,29
Acréscimos de custos	627 603,92	783 114,71
Proveitos diferidos	10 053 454,53	10 778 477,07
<b>Total</b>	<b>7 789 191,37</b>	<b>8 570 267,71</b>

Do total de saldo da rubrica acréscimos de proveitos evidenciamos o valor de 1.800.000 euros referente à estimativa do IMI, de 100.000 euros de derrama, de 591.532 euros de participação no IRS de 2019, valores estes a receber no ano de 2020. Salientamos igualmente o montante de 103.198,56 euros da participação dos municípios na receita de IVA referente a 2019 a receber em 2021. Dos testes efetuados consideramos que os valores diferidos são adequados.

No tocante aos custos diferidos salientamos a especialização dos seguros. Dos testes efectuados concluímos que os valores apurados são adequados.

Do valor evidenciado em acréscimos de custos, salientamos o montante de 469.500 euros referente à estimativa de custos com a remuneração de férias e subsídio de férias e o montante de 107.786 euros relativo aos encargos com férias e subsídio de férias, vencidos em 2019, a liquidar em 2020. Dos testes efetuados consideramos que a estimativa se releva adequada.

No respeitante aos proveitos diferidos salientamos o montante de 9.436.104,26 euros referente aos subsídios recebidos. Os montantes não foram circularizados junto das respetivas entidades.

De salientar, apesar de não ser materialmente relevante, o Município de Soure apenas reconhece o rédito inerente a esses subsídios quando os recebe, e não a partir do ano em que o bem, a que respeita o subsídio, começou a ser amortizado, o que

13

*João*



contraria o tratamento preconizado de balancear réditos e ganhos com gastos e perdas relacionados com a mesma atividade económica.

### 3.9. Fundos próprios

Os movimentos registados nesta rubrica no corrente exercício foram os seguintes:

Contas	Saldo Final	Aumento	Redução	Saldo Final
51 Património	40 288 592,29	3 248 028,20	3 190 521,77	40 346 098,72
	0,00		0,00	0,00
	<b>40 288 592,29</b>	<b>3 248 028,20</b>	<b>3 190 521,77</b>	<b>40 346 098,72</b>
55 Ajustamentos Partes Capital	43 505,00	12 310,23	0,00	55 815,23
56 Reservas de Reavaliação	0,00			0,00
57 Reservas	0,00			0,00
571 Reservas Legais	1 095 577,13	31 926,37		1 127 503,50
572 Reservas Estatutárias	0,00			0,00
573 Reservas Contratuais	0,00			0,00
574 Reservas Livres	0,00			0,00
575 Subsídios	0,00			0,00
576 Doações	0,00			0,00
	<b>1 139 082,13</b>	<b>44 236,60</b>	<b>0,00</b>	<b>1 183 318,73</b>
59 Resultados Transitados	3 434 731,59	2 856 920,79	13 623 487,87	-7 331 835,49
88 Resultado Líquido do Exercício	638 527,30	1 323 527,66	638 527,30	1 323 527,66
89 Dividendos Antecipados	0,00			0,00
<b>T O T A L</b>	<b>4 073 258,89</b>	<b>7 472 713,25</b>	<b>17 452 536,94</b>	<b>35 521 109,62</b>

Dos movimentos ocorridos salientamos:

- A transferência do resultado líquido do exercício negativo de 2018 no valor de 638.527,30 euros, para resultados transitados;
- O resultado líquido do exercício de 2019 é positivo em 1.323.527,66 euros.

De acordo com as contas a 31 de dezembro de 2019 a conta de património evidencia um saldo de 40.346.098,72 euros, o que corresponde a cerca de 81,64% do ativo. Esta situação encontra-se em cumprimento com o previsto no ponto 2.7.3.4. do POCAL (é obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 corresponda a 20% do ativo).



### 3.10. Dívidas a instituições de crédito

A composição da rubrica, à data de 31 de dezembro de 2019, é a seguinte:

Dívidas a Instituições de Crédito	31.12.19	31.12.18
Caixa Geral de Depósitos	1 111 934,76	1 558 185,58
C.C.A.Mútuo de Pombal-Balcão de Soure	685 909,89	642 986,21
Novo Banco, SA	0,00	299 136,59
Banco BPI	1 119 366,54	0,00
Direcção-Geral do T. e Finanças - n.º 1619 / PAEL	0,00	979 515,96
<b>Total</b>	<b>2 917 211,19</b>	<b>3 479 824,34</b>

Solicitamos ao Município o mapa de responsabilidades de crédito no Banco de Portugal, onde analisámos a informação obtida comparando-a com o saldo evidenciado no balanço, não tendo sido encontradas discrepâncias.

O município desagregou os empréstimos de médio e longo prazo, de acordo com a nota explicativa da Satapocal, em componente a pagar no curto prazo e no médio e longo prazo:

Dívidas a Instituições de Crédito	31.12.19
<u>Componente a pagar no médio e longo prazo</u>	
Caixa Geral de Depósitos	448 000,00
C.C.A.Mútuo de Pombal-Balcão de Soure	74 500,00
Novo Banco, SA	0,00
Banco BPI	156 500,00
Direcção-Geral do T. e Finanças - n.º 1619 / PAEL	0,00
<b>Total</b>	<b>679 000,00</b>

Dívidas a Instituições de Crédito	31.12.19
<u>Componente a pagar no curto prazo</u>	
Caixa Geral de Depósitos	663 934,76
C.C.A.Mútuo de Pombal-Balcão de Soure	611 409,89
Novo Banco, SA	0,00
Banco BPI	962 866,54
Direcção-Geral do T. e Finanças - n.º 1619 / PAEL	0,00
<b>Total</b>	<b>2 238 211,19</b>





### 3.11. Fornecedores

A composição desta rubrica à data de 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:

Fornecedores	31.12.19	31.12.18
Fornecedores c/c	73 818,43	96 587,56
<b>Total</b>	<b>73 818,43</b>	<b>96 587,56</b>

Efetuamos a circularização dos saldos de fornecedores à data de 31 de dezembro de 2019. Seleccionámos 83% do saldo tendo obtido resposta de 54%, que foram todas reconciliadas. Em relação aos fornecedores que não responderam (46%) efetuamos procedimentos alternativos que se revelaram satisfatórios.

### 3.12. Provisões para Riscos e Encargos

Provisões	31.12.19	31.12.18
Cobrança Duvidosa	18 668,63	10 643,16
Outros Riscos e Encargos	16 775,14	16 775,14
<b>Total</b>	<b>35 443,77</b>	<b>27 418,30</b>

No âmbito do processo de circularização junto dos advogados que prestam serviços ao Município obtivemos resposta dos seguintes advogados: Dr. Edgar Jacinto Domingues e Dra Luisa Maria Costa de Oliveira.



#### IV. Análise económica e financeira

Da análise comparativa ao balanço e à demonstração de resultados, evidenciamos:

- As contas de imobilizado representam 92,80% do ativo do Município. Destas, são as imobilizações corpóreas e os bens de domínio público as rubricas mais relevantes;
- Em relação às restantes rubricas do ativo destacamos o aumento de 116 milhares de euros nas dívidas de terceiros de curto prazo e do decréscimo de 712 milhares de euros nos depósitos bancários.
- Face ao período homólogo o ativo teve um decréscimo de 18,80%;
- As dívidas a terceiros de médio/longo prazo sofreram um decréscimo de 572 milhares de euros;
- As dívidas a terceiros de curto prazo aumentaram 1,1%, essencialmente devido ao aumento da rubrica de fornecedores de imobilizado em 58 milhares de euros;
- As principais rubricas de custos são os custos com o pessoal (33,88%), os fornecimentos e serviços externos (34,38%), transferências e subsídios concedidos e prestações sociais (8,20%) e as amortizações do exercício (16,27%). Face ao verificado no período homólogo os custos com o pessoal aumentaram 282 milhares de euros, as transferências e subsídios concedidos e prestações sociais aumentaram 213 milhares de euros, os fornecimentos e serviços externos aumentaram 477 milhares de euros, enquanto que as amortizações do exercício não sofreram variação significativa.
- Os custos financeiros registaram um decréscimo face ao ano anterior;
- A principal rubrica de proveitos são as transferências e subsídios obtidos, que face ao período homólogo aumentaram 681 milhares de euros.
- A rubrica de impostos e taxas aumentaram 220 milhares de euros face ao verificado no ano anterior;
- Os proveitos e ganhos extraordinários aumentaram 815 milhares de euros face ao verificado no ano anterior, devido ao reconhecimento dos subsídios dos bens transferidos para ABMG;
- O resultado líquido, o resultado operacional e extraordinário registaram uma melhoria significativa face a 2018, os resultados financeiros tiveram um agravamento, apresentando-se negativos.



## V. Principais rácios financeiros

Em termos financeiros, passamos a evidenciar a evolução do Município:

Indicadores		2019		2018		Varição	
Equilíbrio de curto prazo	Liquidez Geral	Ativo Circulante	660 879,41	67,30%	1 218 220,20	125,37%	-46,32%
		Passivo Circulante	981 998,04		971 666,00		
	Liquidez Reduzida	Ativo circulante - existências	537 250,82	54,71%	1 132 834,77	116,59%	-53,07%
		Passivo circulante	981 998,04		971 666,00		
	Liquidez imediata	Disponibilidades	150 187,64	15,29%	861 905,46	88,70%	-82,76%
		Passivo circulante	981 998,04		971 666,00		
Imobilizações	Indicador das imobilizações I	Capitais permanentes	37 759 320,80	82,32%	48 310 757,65	85,30%	-3,50%
		Imobilizado líquido	45 869 630,80		56 634 471,16		
	Indicador das imobilizações II	Capitais alheios de c p	981 998,04	2,14%	971 666,00	1,72%	24,78%
		Imobilizado líquido	45 869 630,80		56 634 471,16		
Endividamento	Endividamento	Passivo	13 901 267,68	28,13%	15 343 082,12	25,22%	11,54%
		Ativo Líquido	49 422 377,29		60 844 015,43		
	Estrutura de endividamento I	Dívidas de MLP	2 238 211,19	16,10%	2 809 824,34	18,31%	-12,08%
		Passivo	13 901 267,68		15 343 082,12		
	Estrutura de endividamento II	Dívida financeira de MLP	2 238 211,19	16,10%	2 809 824,34	18,31%	-12,08%
		Passivo	13 901 267,68		15 343 082,12		
	Estrutura de endividamento III	Dívidas de CP	981 998,04	7,06%	971 666,00	6,33%	11,55%
		Passivo	13 901 267,68		15 343 082,12		



## VI. Análise à execução orçamental

A análise da execução orçamental com referência ao período em apreço é realizada comparando os montantes executados com o orçamento anual.

Com referência a 31 de dezembro de 2019 a execução orçamental do Município pode ser analisada como se segue:

EXECUÇÃO DA DESPESA	2019		2018
	VALOR	%	%
DESPESAS CORRENTES	10 450 916,89	94,23%	87,52%
DESPESAS DE CAPITAL	6 504 062,59	75,03%	79,59%
<b>TOTAL</b>	<b>16 954 979,48</b>	<b>85,81%</b>	<b>84,20%</b>

EXECUÇÃO DA RECEITA	2019		2018
	VALOR	%	%
RECEITAS CORRENTES	13 146 314,70	98,66%	93,78%
RECEITAS DE CAPITAL	3 066 060,51	54,56%	70,19%
OUTRAS RECEITAS	817 487,71	100,30%	99,81%
<b>TOTAL</b>	<b>17 029 862,92</b>	<b>86,19%</b>	<b>88,10%</b>

Em termos globais e aritméticos, a execução orçamental do Município de Soure com referência a 31 de dezembro de 2019, apresenta-se positiva, tendo em conta que a execução da receita total (86,19%) é superior à execução da despesa total (85,81%). Contudo, a execução encontra-se, na sua generalidade, abaixo do orçamentado, com exceção das outras receitas.

Chama-se a atenção que para efeitos do n.º 3 do Art.º 56 da lei 73/2013 de 3 de setembro, caso o Município apresente em dois anos consecutivos uma taxa de execução de receita inferior a 85% do previsto no orçamento são desencadeados os mecanismos de alerta definidos naquele artigo. No ano anterior a taxa de execução da receita foi de 88,10%.



### 6.1. Controlo orçamental da receita

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 31 de dezembro de 2019, a receita executada ficou abaixo do orçamento efetuado (desvio de cerca de € -2.729.730,08, -13,81%).

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	Previsões Corrigidas	Peso %	Receita Cobrada Líquida	Grau de Execução N	Grau de Execução N-1
01	IMPOSTOS DIRECTOS	2 800 000,00	14,2%	2 710 585,56	96,81%	93,6%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	28 000,00	0,1%	19 908,90	71,10%	98,4%
04	TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	216 603,00	1,1%	226 418,39	104,53%	72,7%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	38 000,00	0,2%	709,71	1,87%	12,9%
06	TRANSFERENCIAS CORRENTES	7 467 029,00	37,8%	7 476 806,91	100,13%	97,5%
07	VENDAS DE BENS E SERVIÇOS	2 718 000,00	13,8%	2 705 251,79	99,53%	89,3%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	57 000,00	0,3%	6 633,44	11,64%	6,2%
<b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>		<b>13 324 632,00</b>	<b>67,4%</b>	<b>13 146 314,70</b>	<b>98,66%</b>	<b>93,78%</b>
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	6 000,00	0,0%	0,00	0,00%	1230,00%
10	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	3 721 268,00	18,8%	1 730 427,85	46,50%	68,14%
11	ACTIVOS FINANCEIROS	0,00	0,0%	0,00	-	-
12	PASSIVOS FINANCEIROS	1 766 675,00	8,9%	1 321 221,26	74,79%	76,25%
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	126 000,00	0,6%	14 411,40	11,44%	715,85%
<b>TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>5 619 943,00</b>	<b>28,4%</b>	<b>3 066 060,51</b>	<b>54,56%</b>	<b>70,19%</b>
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	39 500,00	0,2%	41 969,71	106,25%	68,29%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	775 518,00	3,9%	775 518,00	100,00%	100,00%
<b>TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS</b>		<b>815 018,00</b>	<b>4,1%</b>	<b>817 487,71</b>	<b>100,30%</b>	<b>99,81%</b>
<b>TOTAL</b>		<b>19 759 593,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>17 029 862,92</b>	<b>86,19%</b>	<b>88,10%</b>

As receitas com maior peso contempladas no orçamento são as transferências correntes (representam 37,80% do total das receitas), as vendas de bens e serviços (representam 13,8% do total das receitas) e os impostos diretos (representam 14,20% do total das receitas) e as transferências de capital (representam 18,80% do total das receitas).

Podemos também verificar que, das receitas correntes, as receitas de: taxas multas e outras penalidades e as transferências correntes ficaram acima do montante orçamentado. Em relação às receitas de capital nenhuma ficou acima do montante orçamentado.

A taxa de execução da receita corrente, em comparação com o período homólogo, teve uma variação positiva de 4,89 pontos percentuais, o contrário aconteceu com a taxa de execução da receita de capital registou uma variação negativa de 15,63 pontos percentuais. No global a taxa de execução da receita teve uma variação negativa de 1,92 pontos percentuais.

*Handwritten signature*



## 6.2. Controlo orçamental da despesa

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 31 de dezembro de 2019, a despesa executada ficou abaixo do orçamento efetuado em cerca de € -2.804.613,52 (desvio de cerca de -14,19%).

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	Dotações Corrigidas	Peso %	Despesa Paga	Grau de Execução N	Grau de Execução N-1
01	CUSTOS COM O PESSOAL	4 820 887,67	24,40%	4 781 828,46	99,19%	99,44%
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	4 664 573,90	23,61%	4 140 793,64	88,77%	76,26%
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	32 860,00	0,17%	32 638,00	99,32%	98,75%
04	TRANSFERENCIAS CORRENTES	1 203 200,00	6,09%	1 165 116,59	96,83%	90,21%
05	SUBSIDIOS	0,00	0,00%	0,00	-	-
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	369 059,43	1,87%	330 540,20	89,56%	80,61%
<b>TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES</b>		<b>11 090 581,00</b>	<b>56,13%</b>	<b>10 450 916,89</b>	<b>94,23%</b>	<b>87,52%</b>
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	5 728 160,00	28,99%	3 608 048,05	62,99%	75,46%
08	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	685 295,00	3,47%	666 451,30	97,25%	90,33%
09	ACTIVOS FINANCEIROS	83 290,00	0,42%	83 187,50	99,88%	80,26%
10	PASSIVOS FINANCEIROS	1 884 700,00	9,54%	1 883 834,41	99,95%	99,86%
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	287 567,00	1,46%	262 541,33	91,30%	88,48%
<b>TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>8 669 012,00</b>	<b>43,87%</b>	<b>6 504 062,59</b>	<b>75,03%</b>	<b>79,59%</b>
<b>TOTAL</b>		<b>19 759 593,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>16 954 979,48</b>	<b>85,81%</b>	<b>84,20%</b>

As despesas com maior peso contempladas no orçamento são a aquisição de bens e serviços (representa 23,61% do total das despesas), as despesas com o pessoal (representam 24,40% do total das despesas) e a aquisição de bens de capital (representa 28,99% do total das despesas).

Podemos também verificar que a despesa, quer corrente, quer de capital, ficou abaixo do montante orçamentado.

As despesas correntes e as despesas de capital tiveram um grau de execução de 94,23% e de 75,03% respetivamente, o que face ao período homólogo representa uma melhoria de 6,72 pontos percentuais e um agravamento de 4,57 pontos percentuais, respetivamente. No global a taxa de execução da despesa apresentou um aumento de 1,60 pontos percentuais.

A poupança corrente foi de 2.695.397,81 euros.



### 6.3. Rácios orçamentais

Os principais rácios orçamentais são:

Indicadores	2019		2018		Varição	Observações
Receita líquida total	17 029 862,92	100,44%	16 310 488,40	104,63%	-4,00%	Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais
Despesa total paga	16 954 979,48		15 588 463,82			
Receita corrente	13 146 314,70	77,20%	12 122 171,50	74,32%	3,87%	Mede o peso das receitas correntes no total de receitas cobradas
Receita total	17 029 862,92		16 310 488,40			
Receita corrente	13 146 314,70	125,79%	12 122 171,50	128,61%	-2,19%	Mede a capacidade das receitas correntes cobradas cobrirem as despesas correntes pagas
Despesa correntes	10 450 916,89		9 425 806,47			
Impostos diretos	2 710 585,56	20,62%	2 523 261,71	20,82%	-0,94%	Mede o peso dos impostos diretos no total de receitas correntes
Receita corrente	13 146 314,70		12 122 171,50			
Receita de capital	3 066 060,51	18,00%	3 286 839,08	20,15%	-10,66%	Mede o peso das receitas de capital no total das receitas cobradas
Receita total	17 029 862,92		16 310 488,40			
Receita de capital	3 066 060,51	47,14%	3 286 839,08	53,33%	-11,61%	Mede a capacidade das receitas de capital cobradas cobrirem as despesas de capital pagas
Despesa de capital	6 504 062,59		6 162 657,35			
Despesa corrente	10 450 916,89	61,64%	9 425 806,47	60,47%	1,94%	Mede o peso da despesa corrente no total de despesa paga
Despesa total	16 954 979,48		15 588 463,82			
Despesa de capital	6 504 062,59	38,36%	6 162 657,35	39,53%	-2,97%	Mede o peso da despesa de capital no total de despesa paga
Despesa total	16 954 979,48		15 588 463,82			
Despesas rígidas	6 698 300,87	39,51%	5 208 142,26	33,41%	18,25%	Mede o peso que os custos com o pessoal, os juros e outros encargos e os passivos financeiros no total da despesa paga
Despesa total	16 954 979,48		15 588 463,82			
Despesas rígidas	6 698 300,87	39,33%	5 208 142,26	31,93%	23,18%	Mede o peso que os custos com o pessoal, os juros e outros encargos, os passivos financeiros e as div. no total da receita
Receitas totais	17 029 862,92		16 310 488,40			
Aquisição de bens de capital	3 608 048,05	21,28%	4 457 557,56	28,60%	-25,58%	Mede o peso das despesa com aquisição de bens de capital no total da despesa paga
Despesa total	16 954 979,48		15 588 463,82			

O rácio da receita líquida total/despesa total paga apresenta-se equilibrado, ou seja as receitas totais disponíveis são superiores à despesas totais pagas. Face a 2018 este rácio regista um agravamento de 4%.



#### 6.4. Principais indicadores orçamentais

Os principais indicadores orçamentais são:

Indicadores	2019	2018	Variação	Observações
Poupança corrente	2 695 397,81	2 696 365,03	-967,22 -0,04%	
Taxa das receitas orçamentadas e não cobradas	13,81%	11,90%	16,11%	Caso a taxa de execução da receita seja baixa (<90%), estamos perante uma prática de empolamento da previsão das receitas orçamentais. A diferença entre as receitas orçamentadas e as receitas cobradas permite a realização de despesas no referido montante, sem que para tal haja disponibilidades financeiras.
Desfasamento entre a receita orçamentada e a receita cobrada	-2 729 730,08	-2 202 583,60	-527 146,48	
Equilíbrio orçamental corrente	125,79%	128,61%	-2,19%	
Equilíbrio orçamental de capital	47,14%	53,33%	-11,61%	É normal existir equilíbrio financeiro em sentido formal, i.e., as receitas totais disponíveis são superiores às despesas totais pagas. Quando não existe equilíbrio orçamental em sentido substancial, indicia que o Município perde a capacidade para fazer face, de uma forma atempada, aos compromissos de curto prazo perante terceiros.
Equilíbrio orçamental em sentido formal	100%	105%	-4,00%	
Equilíbrio orçamental em sentido substancial	95%	100%	-4,81%	

Pelo quadro supra podemos constatar que a poupança corrente diminuiu ligeiramente 0,04% face à verificada no ano anterior.

Em 2019 as receitas cobradas foram inferiores às receitas orçamentadas em 2.730 milhares de euros, enquanto que em 2018, as receitas cobradas face às receitas orçamentadas apresentaram um défice 2.203 milhares de euros. Ou seja, há um agravamento de 527 milhares de euros face ao verificado no ano anterior.

O orçamento do Município apresenta equilíbrio financeiro em sentido formal.





## VII. Pagamentos em atraso, fundos disponíveis e Dívida total

No mapa da DGAL o prazo médio de pagamento é de 10 dias, o que está dentro do limite estipulado por lei (90dias).

Os fundos disponíveis a dezembro de 2019 eram positivos em 12.313.616,13 euros.

De acordo com Lei n.º 73/2013 de 03/09, que revoga a Lei n.º 2/2007, os municípios que ultrapassem o limite da dívida total (1,5 vezes a média receita corrente líquida cobrada do três últimos exercícios) devem recorrer a um dos mecanismos de recuperação financeira previstos: saneamento financeiro ou recuperação financeira. O recurso facultativo ou obrigatório a um daqueles mecanismos deve ser da seguinte forma:

Dívida total em relação à média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos exercícios	Saneamento Financeiro	Situação do Município	Recuperação Financeira	Situação do Município	Legislação
1 $\geq 1$ e $\leq 1,5$	FACULTATIVO	-	-	-	art. 58º, nº22
2 $> 0,75$ (dívida total excluindo empréstimos)	OBRIGATÓRIO	NÃO	-	-	art. 58º, nº1, b)
3 $> 1,5$ e $< 2,25$	OBRIGATÓRIO	NÃO	-	-	art. 58º, nº1, a) e nº3
4 $\geq 2,25$ e $\leq 3$	OBRIGATÓRIO	NÃO	FACULTATIVO	NÃO	art. 58º, nº 3
5 $> 3$	-	-	OBRIGATÓRIO	NÃO	art. 61º, nº2

A 31 de dezembro de 2019 o Município não se encontra em situação passível de recurso a um dos mecanismos de recuperação financeira referidos no art. 57º da mesma Lei.

### Limite à dívida total

Receita líquida corrente cobrada nos últimos três anos	Montante
2016	12 371 587
2017	12 498 786
2018	12 122 172
<b>Total</b>	<b>36 992 545</b>
<b>Média</b>	<b>12 330 848</b>
<b>Limite à dívida total das operações orçamentais</b> (1,5 x (RCL N-1 + RCL N-2 + RCL N-3))	<b>18 496 273</b>



	2019	2018
(1) Dívida total	3 220 209	3 781 490
(2) FAM	25 094	78 281
(3) Dívida do art. 54º relevante para a dívida total	73 401	24 578
(4) Dívidas não orçamentais	68 824	86 473
(1)-(2)-(3)-(4) Dívida total (excluindo dívidas não orçamentais)	<b>3 199 693</b>	<b>3 641 314</b>
Margem absoluta	<b>15 296 579</b>	<b>14 854 958</b>
Margem Disponível	<b>3 059 316</b>	<b>2 970 992</b>
Redução do montante em excesso	-	-
Aumento do endividamento	<b>-441 621</b>	
Só aumentou até 20% da margem disponível no início do exercício?	<b>na</b>	<b>na</b>

O limite da dívida é de 18.496.273 euros, sendo a dívida total (excluindo as dívidas não orçamentais) de 3.199.693 euros. Verifica-se assim, que a dívida total diminuiu em 441 milhares de euros face à dívida total de 2018. Salientamos que não obtivemos as demonstrações financeiras da Coimbravita, pelo que a dívida total poderá ser superior.

A margem absoluta do município é de 15.296.579 euros.

O art. 40º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro refere que "Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas...sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita bruta corrente cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo."

Pelo quadro infra podemos verificar que o Município de Soure cumpre o disposto no referido artigo.

2019	Montante
(1) Valor das receitas correntes <b>brutas</b>	13 152 795,17
(2) Despesa corrente	10 450 916,89
(3) Amortizações médias dos empréstimos	784 616,81
<b>TOTAL (1) - (2) - (3)</b>	<b>1 917 261,47</b>
Equilíbrio orçamental (art. 40º da Lei 73º/2013 de 3/09)	<b>SIM</b>



MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES  
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176\* CMVM nº 20161478

Cumpre-nos ainda referir, que se encontra em conformidade o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2019 e que não tivemos, ao longo do período de desempenho das funções de fiscalização, conhecimento de quaisquer factos ou situações que mereçam reparo destacável à sua expressa divulgação, pois tudo se encontra divulgado no Anexo.

Coimbra, 22 de junho de 2020

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,  
V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.  
Representada por:

---

Bruno José Machado de Almeida – ROC 1407

**Delegação Coimbra**  
Av. Fernão de Magalhães, nº 619 – Ed. Mond – Sala 101  
3000 - 178 COIMBRA  
Tel: 239 821777 \* Fax: 239 841027  
Email: geral@marquesdealmeida.pt

**Sede**  
Rua Batalha Reis, nº 81, 2º  
6300-668 GUARDA  
Tel: 271 227303 \* Fax: 271 227304  
Email: vsroc@mail.telepac.pt

**Delegação Viseu**  
Rua Arrabalde, Lote 1, R/C, Letra C  
3510 – 084 VISEU  
Tel: 232 435 277 \* Fax: 232 435279  
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt



## ANEXO I

Activo	31-12-2019		31-12-2018		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Imobilizado:</b>						
Bens de Domínio Público	24 108 758,35 €	48,8%	36 569 824,66 €	60%	- 12 461 066,31 €	-34,1%
Imobilizações Corpóreas	19 149 589,21 €	38,7%	19 394 334,77 €	32%	- 244 745,56 €	-1,3%
Imobilizações Incorpóreas	74 795,84 €	0,2%	545 237,50 €	1%	- 470 441,66 €	-86,3%
Investimentos Financeiros	2 536 487,41 €	5,1%	125 074,23 €	0%	2 411 413,18 €	1928,0%
	<b>45 869 630,81 €</b>	<b>92,8%</b>	<b>56 634 471,16 €</b>	<b>93,1%</b>	<b>- 10 764 840,35 €</b>	<b>-19,01%</b>
<b>Circulante:</b>						
Existências	123 628,59 €	0,3%	85 385,43 €	0%	38 243,16 €	44,79%
Dividas de Terceiros - Médio e longo prazo						
Clientes	- €	0,00%	- €	0%	- €	n.a.
	- €		- €		- €	n.a.
Dividas de Terceiros - Curto Prazo						
Clientes c/c	46 473,58 €	0,1%	46 729,13 €	0%	- 255,55 €	-0,55%
Contribuintes c/c	1 271,77 €	0,0%	1 258,63 €	0%	13,14 €	1,04%
Utentes c/c	103 162,31 €	0,2%	101 191,74 €	0%	1 970,57 €	1,95%
Clientes / Contribuintes / Utentes Cobrança Duvidosa		0,0%	- €	0%	- €	n.a.
Estado e Outros Entes Públicos	230 944,18 €	0,5%	116 555,81 €	0%	114 388,37 €	98,14%
Outros Devedores	5 211,34 €	0,0%	5 194,00 €	0%	17,34 €	0,33%
	<b>387 063,18 €</b>	<b>0,8%</b>	<b>270 929,31 €</b>	<b>0,4%</b>	<b>116 133,87 €</b>	<b>42,87%</b>
Títulos Negociáveis	- €		- €		- €	n.a.
Depósitos Bancários e Caixa						
Depósitos Bancários	149 770,18 €	0,3%	861 552,84 €	1%	- 711 782,66 €	-82,62%
Caixa	417,46 €	0,0%	352,62 €	0%	64,84 €	18,39%
	<b>150 187,64 €</b>	<b>0%</b>	<b>861 905,46 €</b>	<b>1,4%</b>	<b>- 711 717,82 €</b>	<b>-82,57%</b>
<b>Acréscimos e Diferimentos</b>						
Acréscimos de Proventos	2 880 844,88 €	5,8%	2 990 384,78 €	5%	- 109 539,90 €	-3,66%
Custos Diferidos	11 022,20 €	0,0%	939,29 €	0%	10 082,91 €	1073,46%
	<b>2 891 867,08 €</b>	<b>5,9%</b>	<b>2 991 324,07 €</b>	<b>4,9%</b>	<b>- 99 456,99 €</b>	<b>-3,32%</b>
<b>Total do Activo</b>	<b>49 422 377,30 €</b>	<b>100%</b>	<b>60 844 015,43 €</b>	<b>100%</b>	<b>- 11 421 638,13 €</b>	<b>-18,8%</b>



	31-12-2019		31-12-2018		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Capital Próprio e Passivo</b>						
<b>Capital Próprio:</b>						
Património	40 346 098,72 €	114%	40 288 592,29 €	89%	57 506,43 €	0,1%
Ajustamentos Partes de Capital	55 815,23 €	0,2%	43 505,00 €	0%	12 310,23 €	28,3%
Reservas de Reavaliação		0,0%	- €	0%	- €	n.a.
Reservas Legais	1 127 503,50 €	3,2%	1 095 577,13 €	2%	31 926,37 €	2,9%
Reservas Estatutárias		0,0%	- €	0%	- €	n.a.
Reservas Livres		0,0%	- €	0%	- €	n.a.
Subsídios		0,0%	- €	0%	- €	n.a.
Doações		0,0%	- €	0%	- €	n.a.
Resultados Transitados	7 331 835,49 €	-20,6%	3 434 731,59 €	8%	10 766 567,08 €	-313,5%
Resultado Líquido do Exercício	1 323 527,66 €	3,7%	638 527,30 €	1%	685 000,36 €	107,3%
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>35 521 109,62 €</b>	<b>100%</b>	<b>45 500 933,31 €</b>	<b>100%</b>	<b>- 9 979 823,69 €</b>	<b>-21,9%</b>
<b>Passivo:</b>						
Provisões para riscos e encargos						
Outras provisões p/ riscos e encargos		0,0%	- €		- €	n.a.
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo						
Dívidas a Instituições de Crédito	2 238 211,19 €	16,1%	2 809 824,34 €	18%	571 613,15 €	-20,3%
Credores das administrações Publicas - FAM	- €	0,0%	- €	0%	- €	n.a.
Estado e Outros Entes Públicos		0,0%		0,0%	- €	n.a.
	<b>2 238 211,19 €</b>	<b>16,1%</b>	<b>2 809 824,34 €</b>	<b>18,3%</b>	<b>- 571 613,15 €</b>	<b>-20,3%</b>
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo						
Fornecedores c/c	73 818,43 €	0,5%	96 587,56 €	0,6%	22 769,13 €	-23,6%
Fornecedores faturas em receção e conferência		0,0%	- €	0,0%	- €	n.a.
Fornecedores de Imobilizado C/C	97 333,34 €	0,7%	39 122,56 €	0,3%	58 210,78 €	148,8%
Fornecedores de Imob C/C- fat. em rec.e conferência		0,0%	- €	0,0%	- €	n.a.
Estado e Outros Entes Públicos	83 248,07 €	0,6%	55 060,20 €	0,4%	28 187,87 €	51,2%
Outros Credores	48 598,20 €	0,3%	110 895,68 €	0,7%	62 297,48 €	-56,2%
Credores das administrações Publicas - FAM		0,0%	- €	0,0%	- €	n.a.
Empréstimos bancários MLP - venc de curto prazo	679 000,00 €	4,9%	670 000,00 €	4,4%	9 000,00 €	1,3%
	<b>981 998,04 €</b>	<b>7,1%</b>	<b>971 666,00 €</b>	<b>6,3%</b>	<b>10 332,04 €</b>	<b>1,1%</b>
<b>Acréscimos e Diferimentos</b>						
Acréscimos de Custos	627 603,92 €	4,5%	783 114,71 €	5,1%	155 510,79 €	-19,9%
Proveitos Diferidos	10 053 454,53 €	72,3%	10 778 477,07 €	70,2%	725 022,54 €	-6,7%
	<b>10 681 058,45 €</b>	<b>76,8%</b>	<b>11 561 591,78 €</b>	<b>75,4%</b>	<b>880 533,33 €</b>	<b>-7,6%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>13 901 267,68 €</b>	<b>100%</b>	<b>15 343 082,12 €</b>	<b>100%</b>	<b>- 1 441 814,44 €</b>	<b>-9,4%</b>

28



## ANEXO II

RUBRICAS	31-12-2019		31-12-2018		VARIACAO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
<b>CUSTOS</b>						
CMVMC	74 576,47 €	0,52%	42 531,80 €	0,32%	32 044,67 €	75,34%
FSE	4 884 952,45 €	34,38%	4 407 511,57 €	33,46%	477 440,88 €	10,83%
CUSTOS COM O PESSOAL	4 814 233,22 €	33,88%	4 532 285,27 €	34,41%	281 947,95 €	6,22%
TRANSF. E SUBS. CORR. CONC. E PREST SOCIAIS	1 165 116,59 €	8,20%	952 407,14 €	7,23%	212 709,45 €	22,33%
AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	2 312 380,28 €	16,27%	2 323 429,02 €	17,64%	-11 048,74 €	-0,48%
PROVISÕES DO EXERCÍCIO	18 668,63 €	0,13%	27 418,30 €	0,21%	-8 749,67 €	0,00%
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	72 574,43 €	0,51%	64 944,11 €	0,49%	7 630,32 €	11,75%
CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS	43 572,67 €	0,31%	60 407,93 €	0,46%	-16 835,26 €	-27,87%
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	824 427,45 €	5,80%	760 190,26 €	5,77%	64 237,19 €	8,45%
<b>TOTAL</b>	<b>14 210 502,19 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>13 171 125,40 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 039 376,79 €</b>	<b>7,89%</b>
<b>PROVEITOS</b>						
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1 977 770,64 €	12,73%	1 928 474,04 €	13,96%	49 296,60 €	2,56%
IMPOSTOS E TAXAS	2 942 170,92 €	18,94%	2 721 480,19 €	19,71%	220 690,73 €	8,11%
VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
TRABALHOS P/ A PRÓPRIA EMPRESA	0,00 €	0,00%	43 927,99 €	0,32%	-43 927,99 €	-100,00%
PROVEITOS SUPLEMENTARES	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS	8 429 834,61 €	54,27%	7 748 755,61 €	56,11%	681 079,00 €	8,79%
OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS	556 612,15 €	3,58%	552 259,22 €	4,00%	4 352,93 €	100,00%
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	11 602,07 €	0,07%	14 008,92 €	0,10%	-2 406,85 €	-17,18%
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	1 616 039,46 €	10,40%	800 746,73 €	5,80%	815 292,73 €	101,82%
<b>TOTAL</b>	<b>15 534 029,85 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>13 809 652,70 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 724 377,15 €</b>	<b>12,49%</b>

**RESULTADO LÍQUIDO** 1 323 527,66 €

**638 527,30 €**

**RESULTADOS OPERACIONAIS** 563 886,25 €

**92 110,62 €**

**RESULTADOS FINANCEIROS** -31 970,60 €

**491 851,29 €**

**RESULTADO EXTRAORDINÁRIOS** 791 612,01 €

**- 746 181,34 €**

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*